

ESPECIAL ELEIÇÕES 2016

*Votação em 18/03 elege Diretoria da
AMATRA-2 para mandato de dois anos*



Juiz Diego Petacci

CHAPA "SOMOS TODOS JUÍZES"

"A experiência associativa não pode se resumir a um embate 'nós contra eles'. Uma associação que se pretenda representante de interesses de centenas de pessoas não pode se propor a advogar parcialmente este ou aquele objetivo, de um ou outro grupo. Uma entidade agregadora de magistrados das mais diversas origens e opiniões deve, outrossim, buscar representar todos esses distintos segmentos."

Em Carta Aberta:

Da convergência resulta a unidade associativa



Juiz Fábio Ribeiro da Rocha

CHAPA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA - PD

"Após 4 (quatro) anos de gestão da Participação Democrática - PD, uma significativa transformação na estrutura da AMATRA-2 restou nítida e foi proporcionada pela alteração substancial na forma de condução da luta coesa e independente pelos interesses da Magistratura. Desde abril de 2012, vimos construindo nossa base de luta associativa exclusivamente em benefício de todos os nossos Associados. Com trabalho, empenho e luta diuturnos, importantíssimas conquistas foram realizadas. Nossa intenção é dar continuidade à proposta do Grupo Participação Democrática - PD no que tange à mudança de estrutura da AMATRA-2. Contamos com um grupo amadurecido, integrado e coeso, formado por valiosos colegas que encontraram identidade no trabalho e em nossos ideais de transparência, ética e independência".



AMATRA-2
Associação dos Magistrados da Justiça
do Trabalho da Segunda Região

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Patrícia Almeida Ramos

Diretora Secretária no exercício da Vice-Presidência
Isabel Cristina Quadros Romeo

Diretor Financeiro e de Patrimônio
Farley R. de C. Ferreira

Diretoria Cultural
Carlos Francisco Berardo
Fabio Moterani

Diretoria Social
Fernanda Zanon Marchetti
Raquel Gabbai de Oliveira

Diretoria de Benefícios
Valéria Nicolau Sanchez
Tatiana A. J. E. H. B. Maranesi

Diretoria de Esportes e Lazer
Jefferson Amaral Genta
Hermano de Oliveira Dantas
Gustavo Kiyoshi Fujinohara

Diretoria de Direitos Humanos
Rodrigo Garcia Schwarz
Marcio Mendes Graconato

Diretoria de Aposentados
Amador Paes de Almeida, Maria Alexandra
Kowalski Motta e Maria Luiza Freitas

Diretor de Assuntos Legislativos
Richard W. Jamberg

Diretoria de Assuntos Institucionais
Maurício Marchetti
Leonardo Grizagoridis da Silva

Comissão de Prerrogativas
Patrícia Almeida Ramos, Ivete Ribeiro, Rosana Buono,
Maria Fernanda de Q. Silveira, Rodrigo Acujo,
Maurício Marchetti, Katiussia Paiva e Richard Jamberg

Conselho Fiscal
Cristina Ottoni Valero, Magda Cristina Muniz,
Lávia Lacerda Menendez, Renata Bonfiglio
e André Eduardo Dorster Araújo

Comissão de Juizes Titulares
Adriana Prado Lima, Maurílio de Paiva Dias,
Aparecida Maria de Santana e Rogéria do Amaral

Comissão de Juizes Substitutos
Fernanda Miyata Castello Branco,
Juliana Dejavitte dos Santos, Katiussia Maria Paiva
Machado e Juliana Eymí Nagase

Diretoria da Circunscrição de Guarulhos
Anneth Konesuke
Renata Simões Loureiro Ferreira

Diretoria da Circunscrição de Osasco
Maurílio de Paiva Dias
Juliana Jamtchek Grosso

**Diretoria da Circunscrição de São
Bernardo do Campo**
Elisa Maria de Barros Pena
Diana Marcondes Cesar Kambourakis

Diretoria da Circunscrição da Baixada Santista
Adalgisa Lins Dornellas Glerian
Igor Cardoso Garcia

Jornalista responsável
Priscila Sérvulo MTB 22.585

Arte
Ariana Assumpção
ariana.assump@gmail.com
www.arianaassumpcao.com

AMATRA-2
Av. Marquês de São Vicente, 235 - Bl. B- 10º Andar
Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01139-001
Telefone: (11) 3392 4996, (11) 3392 4997
Fax: (11) 3392 4727

editorial

Querido (a) colega,

É com muita honra que apresento a edição especial do periódico "Magistratura & Trabalho", em face do início de mais um processo de eleição dos dirigentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região – AMATRA-2, para o biênio 2016/2018.

O desafio de gerir a primeira e maior Associação de Juizes do Trabalho do Brasil é intenso e complexo, notadamente diante do cenário de crise pelo qual estamos a passar.

Para momentos tormentosos espera-se de uma Associação de Magistrados independência, combatividade e representatividade. Só assim estaremos habilitados a lutar por um futuro melhor.

Para o atual certame, duas chapas foram inscritas, lideradas pelos Magistrados Diego Petacci e Fábio Ribeiro da Rocha.

A disputa respeitosa sempre é salutar para o amadurecimento da instituição, além do fomento à democracia.

O processo eleitoral no âmbito da Segunda Região passou por transformações, em razão da reforma em nosso Estatuto ocorrida em meados de 2014.

Conforme encaminhamento da Diretoria Executiva do atual grupo de gestão da AMATRA-2, a votação será eletrônica (via web).

A forma na qual se dará o certame está sendo definida pela comissão eleitoral – Armando Augusto Pinheiro Pires, Manoel Santana Câmara Alves, Maria Eulália de Souza Pires, Eduardo Rockenbach Pires e Adenilson Brito Fernandes – e será comunicada em breve para os Associados.

Nas próximas páginas, os colegas terão acesso, além das entrevistas com os candidatos, à formação de ambas as chapas, às suas propostas de campanha e plano de trabalho que pretendem implementar nos próximos dois anos, caso eleitos.

Desejo uma excelente campanha e boa sorte aos candidatos, conclamando a todos a participar da eleição que ocorrerá no dia 18.03.2016!



FOTO: DANIEL MAURO ESTEVES

Um grande abraço,
Patrícia Almeida Ramos

pág. 04

Propostas da Chapa Somos Todos Juizes

pág. 05

Propostas da Chapa Participação Democrática

pág. 06

Entrevista Dr. Diego Petacci

pág. 07

Entrevista Dr. Fábio Ribeiro da Rocha

pág. 08

Currículos Chapa Somos Todos Juizes

pág. 10

Currículos Chapa Participação Democrática

pág. 12

Cartas das Chapas



Propostas Chapa Somos Todos Juizes

MAIOR DIÁLOGO ASSOCIATIVO E INSTITUCIONAL

Nos últimos anos a relação entre a AMATRA 2 e os órgãos diretivos do TRT2 vem se desgastando, diminuindo o espaço para a articulação política que deve preponderar.

Propomos maior diálogo associativo e institucional, substituindo medidas como “notas de repúdio” e “moções de desagravo” por posturas efetivas de diálogo e que beneficiem todos os associados.

MAIOR ATUAÇÃO DA AMATRA-2 EM BRASÍLIA

A AMATRA2 deve atuar diretamente na promoção dos interesses de seus associados junto ao Congresso Nacional, o Poder Executivo Federal e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sem prejuízo da atuação em conjunto com a ANAMATRA e a AMB. Propomos, nesse sentido, estudar a viabilidade da constituição de uma assessoria parlamentar própria da Amatra 2.

DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS

Na esteira da proposta anterior, defendemos a atuação direta da AMATRA2, bem como em conjunto com as associações nacionais, em combate aos cortes orçamentários na Justiça do Trabalho, bem como em defesa do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e de um reajuste que recomponha as perdas inflacionárias dos últimos anos.

COMISSÃO DE DESIGNAÇÕES

Propomos a criação de uma Comissão de Designações, com voz ativa da AMATRA 2 perante os órgãos diretivos do TRT 2, para estudo estratégico e estatístico com a finalidade de ampliação de auxílios fixos e compartilhados.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PARA O ASSISTENTE DE JUIZ SUBSTITUTO

O volume de trabalho a que se submete um magistrado da 2ª Região torna inviável que trabalhe sem o auxílio de um assistente. Contudo, a função de assistente de juiz substituto deve ser economicamente atrativa ao servidor, do contrário a rotatividade na função será muito grande, como ocorre atualmente.

Propomos a atuação efetiva da AMATRA 2 junto ao Tribunal para a criação e o pagamento de gratificação de função para o assistente de juiz substituto, nos mesmos moldes da gratificação hoje paga ao assistente de juiz titular.

DESIGNAÇÕES ÀS SEXTAS-FEIRAS

Os juizes substitutos em reserva técnica não podem ser designados para realizar audiências de segunda a quinta e ainda serem designados para realização de auxílio-julgamento às sextas. O magistrado deve ter tempo hábil para elaborar suas sentenças e demais decisões com qualidade, sem ser pressionado pelo volume de trabalho e pela exiguidade do tempo.

Propomos a atuação efetiva da AMATRA 2 junto ao Tribunal para que o juiz substituto em reserva técnica que tenha recebido designações de segunda a quinta não receba designações às sextas-feiras.

COMISSÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA OPERACIONAL PJE

O sistema operacional PJE apresenta ainda inconsistências a serem corrigidas, como queda do sistema, dificuldades para registro de soluções, ausência de mecanismos para identificação de prevenção, impossibilidade de anexação de processos conexos, inexistência da figura da reconvenção, dentre outros.

Propomos a criação de uma Comissão de Melhorias no Sistema Operacional PJE para atuação efetiva da AMATRA 2 junto ao setor de informática do Tribunal com a finalidade de implementar melhorias e corrigir erros do sistema.

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Nosso Tribunal congrega juizes e servidores de diversos estados da federação, e mesmo do interior de São Paulo. A integração e o acolhimento de colegas de fora da Região Metropolitana deve ser facilitada por uma atuação associativa integradora.

O programa “Servidor Acolhedor”, criado por magistrados do TRT2, vem atuando com sucesso nesse sentido em relação aos servidores, estipulando que os mais antigos atuem como “padrinhos” dos recém empossados de outras cidades ou estados.

Propomos a adoção do mesmo modelo e a criação do programa “Juiz Acolhedor”, para que colegas magistrados com maior tempo de carreira no nosso Tribunal possam auxiliar os magistrados recém chegados, não somente nas questões profissionais, mas principalmente em termos de qualidade de vida, busca por um imóvel para compra ou locação, conhecimento da região metropolitana, convívio, amizade, lazer. A Associação deve articular uma integração mais dinâmica e próxima entre juizes recém chegados e os mais antigos.

Nesse sentido, propomos ainda o convite aos associados aposentados para que atuem como “padrinhos” dos mais novos, o que lhes permitirá transmitir experiências de vida e aproximar todas as gerações que integram nossa Associação.

CONSTITUIÇÃO DE UMA SEDE SOCIAL

Nossa Associação é composta por magistrados do maior Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Não é aceitável que não tenhamos uma sede social.

Propomos estudos para a viabilização de uma efetiva sede social para eventos da AMATRA 2, que permita uma maior integração entre todos os associados. Em especial, a adoção de uma sede permitirá a maior integração de associados aposentados, que hoje somente em algumas festas da Associação adquirem contato com os colegas na ativa.

ESCOLA DA AMATRA 2

Ainda na esteira da proposta anterior, propomos a utilização parcial do espaço da futura sede social para a criação de uma escola da AMATRA 2, que ao mesmo tempo ofereça cursos e palestras para associados e não associados, com diferenciação nos custos.

Propomos ainda que a escola realize cursos preparatórios para os concursos do próprio TRT2, direcionados aos candidatos, com arrecadação de valores e destinação aos cofres da própria Associação. Tal medida, há um só tempo, criará nova receita para a AMATRA 2 e promoverá o incentivo ao ingresso de maior número de novos juizes nos próximos concursos.

ARTICULAÇÃO COM A ESCOLA JUDICIAL

No mesmo sentido, propomos a participação da Associação, com voz, junto à EJUD2, na formulação e fixação de datas e cargas horárias de cursos e palestras.

AJUDA DE CUSTO PARA A COMPRA DE LIVROS

O associado deve ser auxiliado no custeio de suas despesas de trabalho. Assim como o Tribunal fornece notebook e certificado digital, deve destinar verba para o custeio de livros a fim de permitir ao magistrado que possa empreender os estudos jurídicos necessários para fundamentar suas decisões. Hoje nem ao menos uma CLT atualizada é fornecida pelo Tribunal.

Propomos enviar esforços junto ao Tribunal para a destinação de verba de ajuda de custo para pagamento de livros jurídicos, mediante comprovação de despesa pelo magistrado.

PLANO DE SAÚDE

São notórias as queixas dos associados quanto à qualidade e o custo do plano de saúde oferecido pelo Tribunal. Propomos estudos para a viabilização da contratação pela Associação de um plano de saúde ou seguro-saúde alternativo, com participação no custeio pelo associado, que pode ser ressarcido pelo Tribunal mediante o benefício já existente do auxílio-saúde.

FUNDO EMERGENCIAL ASSISTENCIAL

A Associação deve zelar pelo bem estar de seus associados, especialmente em momentos de dificuldade, como alguma tragédia pessoal. Em situações emergenciais, o associado não deve ser relegado ao desamparo.

Propomos a constituição de um Fundo Emergencial Assistencial com contribuições facultativas dos associados para auxílio aos colegas que experientem tais situações.

AJUDA DE CUSTO / COMPENSAÇÃO

Propomos atuação efetiva perante o TRT2 para adequação de valores relativos a despesas decorrentes de deslocamentos dos colegas da Baixada Santista para outras circunscrições, e vice-versa. Além disso, colegas que atendam a plantões judiciais ou participem da fiscalização de concursos devem receber compensação financeiras a título de ajuda de custo para despesas efetuadas em tais atribuições.

CONVÊNIOS

A AMATRA2 deve ampliar o leque de convênios para descontos e promoções aos associados junto a colônias de férias, oficinas, concessionárias, livrarias, dentre outros estabelecimentos comerciais.

DISK PRERROGATIVAS

Propomos criar canal direto de comunicação, por telefone ou whatsapp, entre o associado e a Comissão de Prerrogativas da AMATRA2, para agilizar o atendimento.

Propostas Chapa Participação Democrática

GRANDES CONQUISTAS

- Implementação do Auxílio Fixo em todas as Varas do Trabalho do Fórum Ruy Barbosa e Comarcas de Mogi das Cruzes, Barueri, Guarulhos, Santos e São Bernardo do Campo.
- Reforma do Estatuto da AMATRA-2 para a redução da mensalidade, no percentual de 50%, aos Associados Aposentados com mais de 25 (vinte e cinco) anos de filiação.
- Ampliação do Auxílio Compartilhado em diversas Comarcas do TRT-2.
- Nomeação de Servidor Auxiliar aos Juizes Substitutos.
- Defesa intransigente das prerrogativas dos Associados com a contratação de escritório de advocacia especializado e criação do núcleo de conciliação de conflitos.
- Recuperação Financeira da AMATRA-2.
- Realização de Congressos da AMATRA-2, com a abordagem de temas de direito e institucionais de interesse geral.
- Contratação, sob a égide da CLT, de todas as copeiras que trabalham nas salas da AMATRA-2 e que antes ali prestavam serviços terceirizados.
- Informatização e profissionalização de toda a secretaria administrativa da AMATRA-2.
- Racionalização no envio de correspondência física, com vistas à concretização do projeto sustentabilidade.
- Conquista do direito à “voz” para enfatizar manifestações da AMATRA-2 perante as Sessões do Tribunal Pleno.
- Parceria e convênio com a EJUD-2 para a realização de cursos/palestras e a respectiva contabilização de carga horária.
- Inauguração e melhorias de diversas salas de lanche e convívio da AMATRA-2.
- Fiscalização e melhorias nas normas internas atinentes à designação de Magistrados e vinculação aos julgamentos.

PRINCIPAIS LUTAS

- Continuidade da ampliação do Auxílio Fixo, com a designação de 2 (dois) Juizes em todas as Vara do Trabalho do TRT-2, priorizando as Unidades Judiciárias com maiores distribuições de processos.
- Aprovação do Projeto de Lei com previsão da criação de cargos e funções comissionadas do 3º Assessor de Gabinete para todos os Desembargadores, 2º Secretário de Audiência e Assistente de Juiz Substituto.
- Intransigente defesa das Prerrogativas dos Magistrados, com a manutenção do contrato com escritório de advocacia para a defesa técnica dos Associados.
- Valorização da Carreira, com a implementação de política remuneratória digna e paritária, com revisão anual e permanente, que garanta a irredutibilidade dos vencimentos, proventos e pensões, além do imediato restabelecimento do ATS para todos os Magistrados.
- Extinção da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos Magistrados Aposentados.
- Pagamento de indenização de férias aos Magistrados com períodos acumulados, inclusive àqueles em fase de pré-aposentadoria.
- Valorização da 1ª instância, notadamente da Justiça do Trabalho da 2ª Região, e pelo reconhecimento da sua importância perante

o contexto produtivo da composição de conflitos.

- Implementação de projetos elaborados com a participação democrática dos Associados no debate, estruturação e defesa de questões de interesse do Poder Judiciário e da Magistratura da 2ª Região.
- Lutar pelo direito dos Aposentados e Pensionistas à paridade e integralidade de direitos e proventos.
- Participação da AMATRA-2 nas comissões de Planejamento Estratégico e Orçamentário do TRT-2.
- Concessão de legitimidade da AMATRA-2 para propor alterações no Regimento interno do TRT-2.
- Garantir a concessão de férias anuais para todos os Magistrados do TRT-2.
- Combater a política distorcida de cumprimento de metas, em detrimento da qualidade das atividades e saúde dos Magistrados.
- Lutar pela manutenção do Servidor Auxiliar ao Juiz Substituto até o advento da respectiva legislação.
- Pela continuidade do processo de ampliação da democratização do Tribunal, inclusive com as eleições diretas para os cargos de direção do TRT-2.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Aperfeiçoamento da relação com os Poderes da República, com a imprensa e com as Associações Nacionais e Regionais.
- Participação em fóruns institucionais, para o fim de promoção aos direitos humanos e do cidadão, ao trabalho decente e seguro, bem como à erradicação do trabalho análogo à condição de escravo.
- Implantação de Assembleias Gerais virtuais.
- Assessoria na prestação de serviços específicos aos colegas aposentados.
- Realização de Congressos da Magistratura Laboral de São Paulo.
- Publicação da Revista Jurídica da AMATRA-2 e do Jornal Magistratura & Trabalho, seguindo a homenagear Magistrados Aposentados.
- Descentralização das atividades sociais, a fim de que todas as Circunscrições estejam integradas.
- Subsídio financeiro visando estimular participação de maior número de Associados ao Encontro Nacional dos Aposentados, Encontro Anual da AMATRA-2, CONAMAT e Jogos Nacionais da ANAMATRA.
- Inauguração e melhorias nas salas de lanche da AMATRA-2 fora da sede.
- Manutenção da parceria com a EJUD-2, inclusive na realização conjunta de cursos e palestras.
- Participação da AMATRA-2 em diversos projetos sociais.
- Continuar com a prestação mensal de contas e a publicação mensal dos balanços e balancetes mensais.
- Happy Hour e festas temáticas não só na Sede da Administração da AMATRA-2, mas também nas demais Circunscrições.
- Jantar Anual da AMATRA-2 sem qualquer custo aos Associados.

Dr. Diego Petacci



Na sua trajetória profissional, quais elementos considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-2?

O elemento essencial da política associativa deve ser o diálogo institucional. O dirigente associativo deve buscar a adequada representação dos associados perante a administração do Tribunal e perante os centros decisórios em Brasília. Para isso deve ser buscada a adequada composição política, substituindo-se a lógica do enfrentamento pela busca de soluções que beneficiem à coletividade dos associados.

Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas?

Os eventos sociais organizados para os associados.

Quais devem ser revistas?

A omissão da gestão atual frente à situação dos magistrados de fora da sede quanto a auxílios fixos e compartilhados, em especial considerando a atual restrição quanto aos auxílios compartilhados, que foram retirados de várias comarcas, como na circunscrição de São Bernardo do Campo (ABC).

O enfrentamento desmedido e sem diálogo institucional e associativo entre a associação e a administração do Tribunal, bem como os componentes de seu pleno.

A omissão quanto aos requerimentos endereçados à presidência do Tribunal carentes de apreciação e decisão.

A ausência de estudo estratégico transparente e planejado sobre a adequação de funcionários e a distribuição de auxílios fixos e compartilhados também para outros fóruns e comarcas, como Zona Sul, Zona Leste, Santo André, dentre outros.

De que forma a AMATRA-2 aprofundará sua representatividade entre os associados?

A AMATRA2 deve buscar meios de aproximar os associados geograficamente mais distantes de seus centros decisórios, quais sejam, as assembleias. Meios de votação eletrônica podem ser estudados para futura implementação.

Além disso, faz-se necessária a existência de um espaço próprio de convivência associativa e diálogo, em especial com colegas de outras circunscrições que não a sede, bem como desembargadores e aposentados, o que seria solucionado com a existência de uma sede social própria não só para atividades sociais e de lazer, mas também para propiciar maior congraçamento e debate entre os associados.

Como deve ser a atuação da AMATRA-2 perante a constante necessidade de avanços na estrutura e atividade do Judiciário?

A AMATRA2 deve ter atuação mais presente e firme em Brasília junto a Tribunais Superiores, Executivo e Legislativo. Episódios de incerteza com a questão recente do auxílio-moradia não podem resultar em completo descomprometimento pelos associados dos rumos tomados pela associação, na dependência de alguma providência de entidade superior.

Considerando as normas previstas no Código de Ética da Magistratura, quais são suas propostas para o aperfeiçoamento da relação entre Magistrados Substitutos, Titulares, Desembargadores e Aposentados?

Todos os membros da magistratura são juizes, conquanto em momentos distintos da carreira. O diálogo institucional deve imperar no trato entre os colegas. Nesse sentido, a AMATRA2 deve buscar mediar eventuais desentendimentos entre colegas estando sempre presente na busca pela melhor estruturação para o trabalho conjunto dos magistrados.

Como deve ser a relação da AMATRA-2 com o TRT-2 e com demais instituições (exemplo: CNJ, CSJT, TST)? E com o Poder Legislativo?

A AMATRA2, enquanto associação representativa dos magistrados trabalhadores da 2ª Região, deve ter papel incisivo perante o CNJ, CSJT e TST na formulação e no acompanhamento de requerimentos de interesse de seus associados, como por exemplo na questão da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GEJC). No entanto, deve adotar, além do diálogo político insito às relações institucionais, medidas administrativas e judiciais, se necessário, realmente eficazes.

Puras e simples moções de repúdio, como as propostas em assembleia recente após o surgimento da Resolução 155 do CSJT sobre a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GEJC), além de possuírem efeito prático nulo, ainda dificultam o adequado concerto político entre as entidades decisórias e os representados pela associação.

A AMATRA-2 deve ser uma voz dos Magistrados na imprensa? Como deve ser esta relação?

A adoção pela AMATRA2 de posicionamentos públicos na imprensa em nome de seus associados deve ser precedida de deliberação assemblear sobre o conteúdo de suas manifestações, respeitando os interesses de seus associados. De resto, tal manifestação deve dizer respeito estritamente a direitos e interesses próprios de seus associados, como por exemplo a questão do corte orçamentário sobre a Justiça do Trabalho.

Faça uma análise da atual eleição e do processo democrático na 2ª Região.

Recentemente uma emenda regimental ampliou o rol de elegíveis aos cargos diretivos do TRT2, consagrando a participação democrática no processo eletivo e decisório. Está em debate a PEC 187/2012 que propugna eleições diretas para os cargos diretivos dos tribunais, o que representaria momento histórico de ampliação da participação democrática dos integrantes de um tribunal em seus centros decisórios.

A AMATRA2 deve buscar atuar em prol da participação democrática de seus associados nas eleições para os cargos diretivos do Tribunal.

Como deve ser a atuação da AMATRA-2 diante da crescente demanda dos serviços judiciais e a pressão sobre a estrutura material e pessoal da Justiça do Trabalho?

Nosso Tribunal concentra o maior volume processual trabalhista do país, em condições de trabalho ainda inadequadas considerando o número insuficiente de magistrados e servidores, o que, não raro, resulta em adoecimentos e queda de produtividade de ambas as categorias.

Nesse sentido, há claro descompasso entre as metas de produtividade diuturnamente exigidas pelo CNJ e os cortes orçamentários recentes, que aumentam um abismo já existente entre demanda e condições de trabalho.

Nesse sentido, a AMATRA2 deve, de um lado, buscar a reversão dos cortes orçamentários em questão de forma direta bem como em conjunto com as associações nacionais.

Qual deve ser a atuação da AMATRA-2 em face da questão remuneratória de interesse da Magistratura (subsídios, ATS e outras parcelas acessórias)?

A AMATRA2 deve atuar em conjunto com as associações nacionais e diretamente na busca pelo reajuste anual e digno dos subsídios, bem como pelo adicional por tempo de serviço, a fim de garantir a real isonomia e a observância do tempo de carreira entre os magistrados.



Dr. Fábio Ribeiro da Rocha

Na sua trajetória profissional, quais elementos considera importantes para administrar e estar à frente da AMATRA-2?

Fui advogado por cerca de 4 (quatro) anos. Ingressei na Magistratura do Trabalho em 2009 e estou no TRT-2 desde janeiro de 2011. Na AMATRA-2, exerci o cargo de Diretor Adjunto Cultural na gestão 2012/2014 e o cargo de Vice-Presidente na gestão 2014/2016, obtendo profundo conhecimento sobre a estrutura de nosso Tribunal, experiência associativa e amadurecimento pessoal e profissional, razão pela qual entendo estar habilitado para continuar representando nossos Associados.

Nesse período, importantes conquistas foram realizadas e são vistas e sentidas diariamente por todos os Magistrados da 2ª Região. Com transparência, ética e independência, queremos dar continuidade ao projeto que nos propusemos a desenvolver, com ênfase à defesa das prerrogativas, valorização remuneratória e de vencimentos da carreira e fortalecimento institucional da AMATRA-2.

Quais iniciativas da atual gestão devem ser mantidas? Quais devem ser revistas?

Iniciativas de destaque, dentre outras: Transparência, com publicidade dos atos de gestão, Responsabilidade financeira, Participação dos Associados no debate, estrutura e defesa de projetos, Contrato com escritório de Advocacia para a defesa de prerrogativas, Congresso da Magistratura Laboral, visando o aperfeiçoamento profissional, Revista Jurídica da AMATRA-2, Eventos sociais e culturais para participação e congraçamento entre os colegas, inclusive, aposentados, Inauguração e melhorias nas salas da AMATRA-2 localizadas em outras Comarcas, Informatização e Profissionalização de toda a Secretaria Administrativa da AMATRA-2, Incansável luta por melhores condições de trabalho.

Pontos a serem aprimorados: Intensificação dos debates sobre condições de trabalho, Metas de trabalho em desacordo com a realidade estrutural do TRT-2, inclusive em detrimento da qualidade das atividades e da própria saúde do Magistrado, Campanhas de valorização da Magistratura do Trabalho, Reuniões nas Circunscrições do TRT-2.

De que forma a AMATRA-2 aprofundará sua representatividade entre os associados?

Diversas reuniões e Assembleias foram realizadas com o escopo de intensificar a participação dos Associados nas decisões e gestão da AMATRA-2, com sugestões, críticas, planejamento e defesa de projetos. Pretendemos ampliar essa política. Atualmente, instalamos fóruns de debates virtuais e o site da AMATRA-2 já está passando por reformulações e, em breve, implantaremos a Assembleia Virtual e Votação Eletrônica. E mais, conquistamos o direito a Voz para enfatizar manifestações da AMATRA-2 perante as Sessões do Tribunal Pleno e continuaremos a luta pela concessão de Voz na EJUST-2, legitimidade da AMATRA-2, em nome próprio, requerer alteração do Regimento Interno do TRT-2 e a participação nas Comissões de Planejamento Estratégico e Orçamentário do Tribunal.

Como deve ser a atuação da AMATRA-2 perante a constante necessidade de avanços na estrutura e atividade do Judiciário?

A Amatra-2 deve ter participação ativa, constante, independente e vigilante junto à Administração do Tribunal e aos órgãos superiores ligados às questões administrativas e orçamentárias, para que não se perca o foco na plena realização da atividade jurisdicional e assegurar condições hígidas de trabalho para todos os Magistrados em todas as instâncias, mantendo sempre a prioridade em soluções que beneficiem o coletivo. Ponto fundamental é assegurar a efetiva participação da Associação nos diversos órgãos deliberativos da Administração do Regional, como legítima representante dos Juizes e Desembargadores, caminhando firmemente em direção à plena democratização do Poder Judiciário.

Considerando as normas previstas no Código de Ética da Magistratura, quais são suas propostas para o aperfeiçoamento da relação entre Magistrados Substitutos, Titulares, Desembargadores e Aposentados?

A relação entre Magistrados deve ser calçada em mútuo respeito e solidariedade. As diferentes funções atribuídas ao longo da carreira, atuando em graus diferentes de jurisdição, não implicam em existência de hierarquia entre si. Somos todos iguais e devemos lutar pela igualdade de direitos e pela

igualdade de tratamento, numa relação simbiótica, não antagônica. Contamos com cerca de 600 associados (quase 500 na ativa!), e há evidentemente questões de relacionamento que devem ser superadas. Nossa proposta é aperfeiçoar essa relação e seguir promovendo a integração entre os Associados em ambientes externos à atividade profissional.

Como deve ser a relação da AMATRA-2 com o TRT-2 e com demais instituições (exemplo: CNJ, CSJT, TST)? E com o Poder Legislativo?

A atual gestão AMATRA-2, desde seu primeiro dia, sempre teve como prioridade empreender diálogo direto com a administração do TRT-2, e, nesse caminho, muitas conquistas foram atingidas e consolidadas em favor dos Magistrados. Infelizmente, em algumas poucas questões, o diálogo não foi suficiente, e a manutenção da postura independente implicou na busca de soluções externas para assegurar a observância das prerrogativas e direitos da Magistratura. É importante ressaltar, contudo, que essa atitude, em momento algum, implicou em fechar portas à negociação, ou queimar pontes para o diálogo. Ademais, pretendemos seguir aprofundando as relações com o Poder Legislativo, atuando de forma coordenada com as demais associações de âmbito nacional, para obter soluções satisfatórias às necessidades e aos problemas enfrentados pela Magistratura do Trabalho.

A AMATRA-2 deve ser uma voz dos Magistrados na imprensa? Como deve ser esta relação?

Com certeza. Firmamos e cumprimos o compromisso de consolidar o nome da AMATRA-2 na mídia, publicando matérias na imprensa sobre assuntos de interesse dos Magistrados, como, por exemplo, a competência da Justiça do Trabalho para a concessão de alvará para o trabalho artístico infantil, desdobramentos do Projeto de Lei sobre a terceirização, questões remuneratórias e orçamentárias, divulgação do Congresso da Justiça Laboral, dentre outros. Queremos dar continuidade a esse trabalho, levando cada vez mais à imprensa a realidade da Justiça do Trabalho.

Faça uma análise da atual eleição e do processo democrático na 2ª Região.

Como ocorre a cada 2 (dois) anos, a eleição em nossa Associação permite uma maior reflexão aos Associados e aos membros da Diretoria a respeito do trabalho realizado. É um importante momento que todos têm para parar e decidir se o saldo do trabalho realizado foi positivo ou negativo. O voto de cada Associado é essencial para essa decisão, inerente ao processo democrático. Além disso, sempre nos comprometemos a participar desse processo de forma limpa, transparente e ética. E nesse ano não foi diferente. Divulgamos nossas inúmeras conquistas e firmamos novos compromissos de atuação para o próximo biênio, todos extraídos de nossa gestão experiente e democrática.

Como deve ser a atuação da AMATRA-2 diante da crescente demanda dos serviços judiciais e a pressão sobre a estrutura material e pessoal da Justiça do Trabalho?

A sociedade justa é consequência de um Poder Judiciário célere e eficiente. Tendo esse princípio como norte, o grupo Participação Democrática – PD tem como uma de suas bandeiras a luta pelo aprimoramento da estrutura do TRT-2 como um todo, o que trará melhoria das condições de trabalho dos Magistrados, refletindo diretamente na salvaguarda da sua saúde psicofísica.

Nesta toada, o atual grupo de gestão da AMATRA-2 tem compreendido esforços para: a) a abertura e agilidade nos concursos para Ingresso na Magistratura, b) criação de novos cargos de Desembargador, c) realização da Reforma Administrativa no quadro funcional do TRT-2, visando a realocação de pessoal para áreas carentes de servidores, inclusive com função (terceiro Assessor de Desembargador, segundo datilógrafo de audiência, Assistente de Juiz Substituto), d) acompanhamento ativo do PL que tramita no Congresso Nacional para criação de cargos e funções para o TRT-2, e) ampliação do auxílio fixo e aprimoramento do auxílio compartilhado, além de outras propostas. Para o futuro, pretendemos intensificar as ações da AMATRA-2 nos pontos acima. Buscaremos a participação institucional e democrática nos Projetos do TRT-2, tendo em mente que, sempre que esgotadas as tentativas de diálogo interno, soluções junto ao CNJ, CSJT e Justiça Federal devem ser buscadas.

Qual deve ser a atuação da AMATRA-2 em face da questão remuneratória de interesse da Magistratura (subsídios, ATS e outras parcelas acessórias)?

A mobilização e a conjugação de forças entre as Associações Regionais e as Associações Nacionais têm sido de grande importância para a construção de vias hábeis à solução dos problemas remuneratórios que atualmente assolam o Poder Judiciário. Para o ano de 2016 há previsão nacional de retomada da luta pela recomposição do ATS. Estaremos juntos nessa batalha que representa, sobretudo, a consagração da valorização de nossa carreira e o fim do abismo remuneratório existente entre os Magistrados Aposentados e os Magistrados no exercício da Jurisdição.



DIRETORIA EXECUTIVA

Diego Petacci - Presidente

- Servidor de carreira do Tribunal Regional do Trabalho de junho de 2006 a janeiro de 2015, atuando na 1ª e na 2ª instâncias
- Juiz do Trabalho da 2ª Região desde janeiro de 2015
- Bacharel e mestre em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo



Marcelo Donizeti Barbosa - Vice Presidente

- Juiz Titular na 81ª VT/SP
- Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo
- Foi Advogado e servidor
- Especialista em Direito Civil e em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo
- Especialista em Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão Universitária



Antônio Pimenta Gonçalves - Secretário

- Juiz titular da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo
- Graduando em história e em Direito e filosofia
- Membro das Comissões de Paridade de Prerrogativas da AMB
- Membro da comissão pró-vida da diocese de Guarulhos
- Membro do Conselho Deliberativo da Jusprev (gestão 2015/2019)
- Diretor secretário da Amatra-SP na gestão 2010/2012
- Membro da Comissão de Prerrogativas da Amatra-SP na gestão 2008/2010



Edilson Soares de Lima - Diretor Financeiro

- Juiz do Trabalho desde março de 1995
- Foi titular da 5ª Vara de São Paulo e atualmente é titular da 4ª Vara de Osasco
- Foi Servidor do TRT de São Paulo
- Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie
- Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie
- Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP
- Integrou a Comissão de Prerrogativas da AMATRA duas vezes, nas gestões do Juiz José Lúcio Munhoz e Juiz Gabriel Lopes Coutinho Filho
- Foi Diretor Financeiro e de Patrimônio na gestão da Juíza Sonia Lacerda



Bruno José Perusso - Diretor Social

- Juiz do Trabalho Substituto aprovado no XXXIX Concurso da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
- Servidor do TRT da 2ª região de março/2006 a janeiro/2015.
- Graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie



Ertilde Ribeiro dos S. Minharro - Diretora Cultural

- Possui doutorado em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (2006)
- Mestrado pela Universidade de São Paulo, em 2002
- É professora titular de direito processual do trabalho da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, onde atua desde 2003
- É professora convidada da Escola Paulista de Direito e da Escola Superior de Advocacia de São Paulo
- É juíza do trabalho titular da 2ª Vara de São Caetano do Sul
- Foi Conselheira da EJUD-2 no biênio de 2013/2014



Milton Amadeu Junior - Diretor Cultural Adjunto

- Juiz do Trabalho Substituto desde 2008
- Ex Assistente de Desembargador do TRT-2
- Tem especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho



Sandra dos Santos Brasil - Diretora de Benefícios

- Graduada pelo Mackenzie em 1999
- Especialista em Direito do Trabalho pelo Mackenzie em 2012
- Juíza do Trabalho Substituta pelo TRT15 de 2002 a 2008, e pelo TRT2 de 2008 a 2014
- Titular da 2ª VT da Zona Sul desde novembro de 2014
- Foi Diretora Social da Amatra em 2011.



Heloisa Menegaz Loyola - Diretora Adjunta de Benefícios

- Juíza Substituta do TRT2 desde 2010
- Designada para o CEJUSC – SEDE
- Graduada pelo Mackenzie



Thomaz Moreira Werneck - Diretor de Prerrogativas

- Juiz do Trabalho Substituto
- Auxiliar fixo da 36ª VT/SP.
- Pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Universidade Gama Filho/RJ.
- Graduado em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.



COMISSÃO DE PRERROGATIVAS - TITULARES

Luiz Edgar Ferraz de Oliveira

- Foi Juiz do Trabalho de primeira instância de 1983 a 2002
- Desembargador do TRT da 2ª Região de 2002 a 2013
- Além de presidir a 6ª turma, presidiu também a Comissão de Uniformização de Jurisprudência do TRT no biênio 2006/2008 e 2012/2014, até a aposentadoria em setembro de 2013, tendo participado também da mesma Comissão como membro efetivo nos biênios 2004/2006 e 2008/2010
- Foi tesoureiro da AMATRA2 em duas oportunidades, na gestão dos Presidentes Ildeu Lara de Albuquerque e Carlos Moreira de Luca
- Idealizou o Fundo de Assistência da Amatra2, cuja finalidade era assistir ao juiz associado em situações de emergência.

Chapa Somos Todos Juizes



Olga Vishnevsky Fortes

- Ingressou na Magistratura em 2003
- É titular da 7ª Vara da Zona Sul
- Tem pós-graduação em processo civil e em administração judiciária pela FGV
- É secretária de planejamento estratégico da AMB.



Ricardo Apostólico Silva

- Graduado pela PUC/SP em 1984.
- Especialista em Direito Social pelo Mackenzie em 2008.
- Advogado de 1985 a 1989.
- Assessor jurídico do TRT/SP de 1989 a 1994.
- Ingressou na Magistratura em 1994.
- Juiz Titular da 43ª VT/SP desde 2000. Juiz Convocado do TRT2 desde 2005.
- Compõe o Núcleo Permanente de Conciliação de Conflitos Coletivos desde sua criação.



COMISSÃO DE PRERROGATIVAS - SUPLENTES

Benedito Valentini

- Desembargador do TRT2.



Vera Marta Publio Dias - Diretora de Aposentados

- Juíza do Trabalho aprovada no 6º concurso.
- Foi titular da 2ª VT de Santo André, Carapicuíba e Jandira.
- Desembargadora aposentada, foi presidente da 10ª Turma (2002-2004, 2004-2006).
- Membro fundadora da Amajust. Procuradora do estado (1962-1980).

Neyde G. de Mello - Diretora Adjunta de Aposentados

José Antônio Faquin Alves - Diretor de Esportes

Erika Andrea I. Szpektor - Diretora Adjunta de Esportes

- Curso de Direito na Faculdade de Direito de Presidente Prudente (2000-2004)
- Pós Graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Universidade Cândido Mendes/LFG (2006). (2005 até 2014)
- Juíza do Trabalho no TRT 2ª Região.

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Samir Soubhia

- Juiz titular da 22ªVT/SP desde março/2002;
- Juiz do Trabalho desde abril/1995
- Servidor do TRT2 entre março/1990 e abril/1995
- Foi titular da 23ª VT/SP em 2001.
- Graduado pela PUC-SP



Renata de Paula Eduardo Beneti

- Juíza titular da 74ª VT/SP



Ronaldo Luis de Oliveira

- Atuante por nove anos em Recursos Humanos em diversas empresas, formado em Direito pela PUC-SP, em 1990, com especialização em Direito Processual civil pela mesma faculdade
- Advogado por sete anos, ingressando na magistratura em 1997, pelo TRT-SP
- Atualmente como titular da 3ª VT/Osasco.

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Amanda Fisch

- Juíza aprovada no concurso XXXIX do TRT2
- Formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1ª turma de julho/2010
- Foi servidora do TRT4 de 2005 a 2015.



Líbia da Graça Pires

Ivo Teles

- Juiz do Trabalho Substituto
- Ex Promotor de Justiça
- Ex Procurador da Fazenda Nacional
- Ex Procurador Federal
- Ex Analista Judiciário da Justiça Federal
- Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA



Rui Cesar Publio

- Aprovado em 1993 (MT), removido para a 2ª Região em 1996.
- Juiz titular da vara do Trabalho de Poá.
- Mestre e doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP.
- Pós-Doutor em Direito do Trabalho pela Universidade de Córdoba (Arg).
- Professor do Cogeae da PUC/SP e das Faculdades Rio Branco.
- Jornalista formado pela faculdade Casper Líbero. Juiz convocado no TRT desde 2010.





DIRETORIA EXECUTIVA

Fábio Ribeiro da Rocha • Presidente

- Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie
- Especialista em Direito Constitucional pela PUC-SP
- Mestre em Direito do Trabalho pela PUC-SP
- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2009
- Juiz do Trabalho Substituto

Chapa
Participação Democrática



Marcelo Azevedo Chamone • Vice-Presidente

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juiz do Trabalho Substituto



Beatriz Bernadon • Diretora Social Adjunta II

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2015
- Juíza do Trabalho Substituta



JUÍZES SUBSTITUTOS:

Katiussia Maria Paiva Machado • Titular

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2011
- Juíza do Trabalho Substituta



Ana Maria Contrucci B. Silva • Diretora de Apos. Adjunta II

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1986
- Desembargadora do Trabalho Aposentada



Carlos Francisco Berardo

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1975
- Desembargador do Trabalho Aposentado



Diana M. Cesar Kambourakis

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2010
- Juíza do Trabalho Substituta



Leonardo Grizagoridis da Silva • Diretor Secretário

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2010
- Juiz do Trabalho Substituto



Valéria Nicolau Sanchez • Diretora de Benefícios

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1995
- Juíza Titular da 66ª Vara do Trabalho de São Paulo



Raquel Marcos Simões • Suplente

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2013
- Juíza do Trabalho Substituta



Maria Cristina Fisch • Diretora de Apos. Adjunta III

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1988
- Desembargadora do Trabalho Aposentada



SUPLENTES:

Frederico Monacci Cerutti

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2014
- Juiz do Trabalho Substituto



José Carlos Castello Branco

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2011
- Juiz do Trabalho Substituto



Cristina Ottoni Valero • Diretora Financeiro e de Patrimônio

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1990
- Juíza do Trabalho Aposentada



Látia Lacerda Menendez • Diretora de Benefícios Adjunta

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2006
- Juíza Titular da 8ª Vara do Trabalho de São Paulo



Hermano de Oliveira Dantas • Diretor de Esportes e Lazer

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2013
- Juiz do Trabalho Substituto



Marcos Scalécio • Diretor de Direitos Humanos

- Ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região em 2009
- Juiz do Trabalho Substituto



Juliana Eymi Nagase

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2008
- Juíza do Trabalho Substituta



Aparecida Maria de Santana • Representante do Foro Regional da Zona Leste

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1996
- Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho do Foro Regional da Zona Leste



Fábio Moterani • Diretor Cultural

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2011
- Juiz do Trabalho Substituto



COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS DESEMBARGADORES:

Eliza Eiko Mizuno • Titular

- Desembargadora do TRT – 2ª Região



Jefferson Amaral Genta • Diretor de Esportes e Lazer Adjunto I

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2008
- Juiz do Trabalho Substituto



André Eduardo D. Araújo • Diretor de Direitos Humanos Adjunto

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2010
- Juiz do Trabalho Substituto



COMISSÃO DE JUÍZES TITULARES E SUBSTITUTOS

Adriana Prado Lima

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1995
- Juíza Titular da Vara do Trabalho de Ribeirão Pires



Rodrigo Garcia Schwartz • Representante do Foro Regional da Zona Sul

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2001
- Juiz Titular da 13ª Vara do Trabalho do Foro Regional da Zona Sul



Xerxes Gusmão • Diretor Cultural Adjunto

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2009
- Juiz do Trabalho Substituto



Silvana Abramo Ariano • Suplente

- Desembargadora do TRT – 2ª Região



Luciana Carla Corrêa Bertocco • Diretora de Esportes e Lazer Adjunta II

- Juíza Titular da 10ª Vara do Trabalho do Foro Regional da Zona Sul



CONSELHO FISCAL TITULARES

Magda Cristina Muniz

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1995
- Juíza do Trabalho Aposentada



Rogéria do Amaral

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2000
- Juíza Titular da 46ª Vara do Trabalho de São Paulo



Flávio Antonio C. de Laet • Representante da Circunscrição de Guarulhos

- Ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região em 2001
- Juiz Titular da 4ª Vara do Trabalho de Guarulhos



Isabel Cristina Quadros Romeo • Diretora Social

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1987
- Juíza do Trabalho Aposentada



JUÍZES TITULARES:

Patricia Almeida Ramos • Titular

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1999
- Juíza Titular da 69ª Vara do Trabalho de São Paulo



Amador Paes de Almeida • Diretor de Aposentados

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1968
- Desembargador do Trabalho Aposentado



Rodrigo Acuiu

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juiz do Trabalho Substituto



Maria Fernanda de Q. da Silveira

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1994
- Juíza Titular da 15ª Vara do Trabalho de São Paulo



Cláudia Flora Scupino • Representante da Circunscrição de São Bernardo do Campo

- Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo



Tatiana Agda Julia Elenice Helena Beloti Maranesi • Diretora Social Adjunta I

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juíza do Trabalho Substituta



Richard Wilson Jamberg • Suplente

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2006
- Juiz Titular da 6ª Vara do Trabalho de São Paulo



Maria Alexandra Kowalski Motta • Diretora de Aposentados Adjunta I

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 1979
- Desembargadora do Trabalho Aposentada



Renata Simões L. Ferreira

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2008
- Juíza do Trabalho Substituta



Juliana Dejavite dos Santos

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juíza do Trabalho Substituta



Juliana Herek Valério • Representante da Circunscrição de Osasco

- Ingresso na Magistratura do Trabalho em 2012
- Juíza do Trabalho Substituta



Somos Todos Juízes

Prezados Magistrados,

Estamos diante da etapa final de mais um processo de escolha daqueles que estarão à frente da gestão da AMATRA-2, no biênio 2016/2018.

Em consideração aos Associados, pautamos nossa campanha pela apresentação de propostas de ação, de maneira ética e transparente.

Respeitamos as divergências, encarando-as como inerentes à Participação Democrática e, sobretudo, como construtivas do pluralismo que almejamos; não há um “nós” e um “eles”, mas a expectativa de um trabalho desenvolvido por todos os Magistrados da 2ª Região, Desembargadores, Titulares e Substitutos, Ativos e Aposentados.

O(a) Colega conhece agora nosso trabalho.

Erros ocorreram, mas nos esforçamos para corrigi-los.

Os acertos, todavia, foram inúmeros e são vistos e sentidos diariamente por todos os Magistrados da 2ª Região! Orgulhamo-nos de alcançar uma melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho de todos!

Agradecemos a todos os Associados que confiaram em nossos propósitos e que bem nos receberam em cada visita; as sugestões que nos foram dadas, já estão sendo incorporadas às nossas propostas.

Ao mesmo tempo, esperamos conquistar, por meio do trabalho diuturno, a confiança daqueles que ainda não logramos atingir, contando com a participação de todos no pluralismo que almejamos e sempre buscamos.

Ao encerrar esta campanha eleitoral, a chapa PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA – PD vem pedir um novo voto de confiança, a fim de que no próximo biênio continuemos o trabalho iniciado em abril de 2012 e, juntos, consigamos novas e maiores conquistas.

A participação de todos é a nossa aposta democrática e a associação pertence a todos nós.

Assim, é preciso CONTINUAR PARA AVANÇAR.

Um abraço
Fábio Ribeiro da Rocha

JUNTOS PELA AMATRA-2 QUE QUEREMOS

CARTA ABERTA:

DA CONVERGÊNCIA RESULTA A UNIDADE ASSOCIATIVA

O ser humano, segundo Aristóteles, depende da vida em comunidade para atingir a plenitude de sua realização pessoal. Não se concebe a vida humana isolada, sem a interdependência típica das relações sociais.

Contudo, um ser humano não é igual ao outro. Cada homem e mulher tem seu conjunto de valores e crenças pelos quais se orienta em busca de objetivos distintos. Nesse sentido, a vida em comunidade demanda sempre articulação hábil, proveitosa, inteligente, de distintos interesses e visões de mundo em torno de um objetivo maior em comum: em suma, articulação política.

A experiência associativa não pode se resumir a um embate “nós contra eles”. Uma associação que se pretenda representante de interesses de centenas de pessoas não pode se propor a advogar parcialmente este ou aquele objetivo, de um ou outro grupo. Uma entidade agregadora de magistrados das mais diversas origens e opiniões deve, outrossim, buscar representar todos esses distintos segmentos.

Em lugar do embate, o diálogo. Ao invés da divergência, a convergência. Como alternativa salutar à divisão, a coesão.

Convivemos como membros de um dos maiores Tribunais do país. Nesse nosso universo, em que todos somos magistrados, ainda que em momentos distintos da carreira, deve existir o espaço para a dialética institucional que permita a evolução das conquistas de todos os associados.

Por conseguinte, o diálogo associativo deve preponderar, com a inclusão de todos os associados na busca por uma relação mais sadia, sem discriminação deste ou daquele grupo. Mesmo adversários políticos, conquanto diverjam ideologicamente, buscam, em última análise, o melhor para a Associação. Por isso, todos devem ter voz e se sentir verdadeiramente representados.

Da convergência de opiniões diferentes verdadeiramente representadas nasce o diálogo e resulta a unidade associativa.

Somos todos colegas, por mais diversas que sejam as origens, os momentos na carreira, as experiências. Somos todos integrantes de um mesmo corpo, com a mesma missão de zelar pelos direitos e garantias constitucionais e legais. Somos todos engajados em busca do melhor para toda a Associação.

#somostodosjuizes

Curta a nossa pagina no Facebook